

ANEXO 4 – CONTRATO DE PARACATU



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS



CONTRATO N.º 32/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Paracatu, por intermédio da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e a empresa **TIBURCIO DAVID SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Contrato originário na modalidade de inexigibilidade de Licitação com base no artigo 25, II, da Lei 8.666/93, para Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de assessoria Jurídica na área de Direito Público e outras Durante o exercício de 2016 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

CONTRATANTE

Órgão ou Entidade: **MUNICÍPIO DE PARACATU / SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS.**

Endereço: Avenida Olegário Maciel nº 166, Centro na cidade de Paracatu - Minas Gerais. CEP 38.600-000.

CNPJ 18.278.051/0001-45.

Representante Legal: Neste ato representado pelo Senhor **ROSÂNGELO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Prof. José Joaquim da Costa, nº 145 - Bairro Arraial D'Angola - Paracatu (MG) portador da Carteira de Identidade nº 1.107.921 e CPF nº 572.168.606-59.

CONTRATADA

Razão Social: **TIBURCIO DAVID SOCIEDADE DE ADVOGADOS.**

Endereço: Rua Coronel Juca Ferraz nº 82 Santa Efigênia CEP 30.270-350, na cidade de Belo Horizonte- Minas Gerais.

CNPJ: 22.082.393/0001-52.

Representante Legal: Neste ato representado pelo Senhor **Gabriel Tibúrcio David**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 138.003 e INSCRITO SOB O Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 061.570.386-08, residente e domiciliado na Rua Raimundo Cândido nº 52 Apartamento: 1101 Bairro Belvedere na cidade de Belo Horizonte- Minas Gerais. CEP 30.270-350.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS	

Clausula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços de Assessoria Jurídica na área de Direito Público e outras durante o exercício de 2016, juntamente com a proposta da **CONTRATADA** passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Clausula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 115.000,00** (Cento e quinze Mil Reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item/lote.

Clausula Quarta - FORMA PRAZO E LOCAL

4.1. As consultas deverão ser solicitadas por escrito, através de e-mail e/ou através de ofício encaminhado ao escritório da contratada às demandas da Municipalidade. As consultas verbais serão realizadas via telefone devendo a contratada disponibilizar, em regime de plantão, contato telefônico fixo ou móvel, para as situações de urgência ou emergência.

4.2. A Contratada terá o prazo de até cinco dias úteis, contados da data da consulta, para elaboração do parecer jurídico, podendo este prazo ser estendido conforme a complexidade da matéria objeto do exame.

4.3. Para viabilização do objeto deste contrato, os consultores atuarão na sua sede em Belo Horizonte, nas dependências da entidade pública de forma presencial e virtualmente, através de consultas on line, contando com a colaboração dos servidores designados pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário de Assuntos Jurídicos.

4.4. Ao final de cada mês, juntamente com a nota fiscal, deverá ser encaminhado à Secretaria Gestora, relatório de todas as atividades desenvolvidas no mês de referência.

4.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual conforme disposto neste Contrato.

4.6. A Contratada, através de seus profissionais, se compromete a realizar, quando requisitada, visitas na sede de Secretaria Gestora, que poderão totalizar até doze visitas anuais.

Clausula Quinta - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de **15 (quinze) dias** corridos da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal (is), devidamente conferidas e aprovadas pelo **CONTRATANTE**.

X

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Jeferson
Porto Alegre, 12/12/15



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS

Página Nº 35

5.1.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a assinatura do contrato que terá vigência de Doze meses.

5.1.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo **CONTRATANTE**.

5.1.3. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

5.2 Para que os pagamentos possam ser efetuados a contratada deverá apresentar junto a nota fiscal de produtos, a seguinte documentação:

Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista

- Relatório contendo todas as atividades realizadas, ao final de cada mês de referência;

5.3. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

5.4. Quanto ao imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 115, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.5. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Cláusula Sexta – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): 02 02 01 02 062 0006 2005 3 3 90 35 00 Ficha: 123 FR:100

Clausula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes.

51º DO CONTRATANTE

7.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da Proposta e do Contrato.

7.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado anotando em registro próprio as falhas detectadas.

1910 de la casa defect
 1910 de la casa defect
 1910 de la casa defect
 1910 de la casa defect



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS

indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7.1.5. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

7.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.7. Disponibilizar a Contratada todos os documentos necessários para subsidiar a emissão de pareceres.

7.1.8. As despesas incorridas pelo executor na prestação dos serviços, tais como, custos, emolumentos, honorários diversos, taxas, cópias, autenticações, reconhecimento de firma, porte postal, fax, ligações interurbanas e transporte e outras, ficarão a cargo do município. Assim, para pagamento das despesas acima, será empregada a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4.2ª DA CONTRATADA

7.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Contrato e de sua proposta com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

7.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

7.2.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, direta ou culposamente, ao Município ou a terceiros.

7.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

7.2.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja não observância não transfere responsabilidade à Administração.

7.2.6. Não permitir a utilização de trabalho de menor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS



7.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no contrato.

7.2.9. A contratada, através de seus profissionais, se compromete a realizar, quando requisitada, visitas na sede da secretaria gestora, que poderão totalizar até doze visitas anuais.

7.2.10. Para fins de pagamento a contratada deverá encaminhar a secretaria gestora, além daqueles documentos solicitados pela Secretaria de Fazenda, relatório contendo todas as atividades realizadas, ao final de cada mês de referência.

7.2.11. Todos os pareceres elaborados pela contratada deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos para fins de arquivamento.

Cláusula Oitava - DAS SANÇÕES

A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I. Advertência por escrito;

II. Multa nos seguintes termos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da **CONTRATADA** em efetuar o reforço de garantia;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos.

[Handwritten signature]

Assessoria Jurídica
Secretaria de Assuntos
Jurídicos
Formosa 153/013



IV. Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei 8.666/93.

§1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial nas obrigações contratuais:

i. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra previstas em contrato ou instrumento equivalente;

ii. Retardamento motivado de fornecimento de bens, da execução de obra de serviço ou de suas parcelas;

iii. Paralisação do fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal.

§2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA.

VII. As sanções relacionadas nos itens 10.1 também poderão ser aplicadas àquele que:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- b) Engejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) Não manter a proposta;
- d) Falhar ou fraudar a execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo indóneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame.

VIII. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

IX. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedor do Município de Paracatu.

Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsável pela sua fiscalização a servidora Camila Melo Lima, Assistente Judiciária, camila@paracatu.mg.gov.br - fone (38) 3671.5209.

9.2. Compete ao fiscal acima identificado dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

Camila Melo Lima
Assistente Judiciária
Fiscal
Fone: (38) 3671.5209



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS



9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666 de 1993.

9.4. O fiscal do contrato manterá em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Clausula Décima - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 12 (Doze) meses, retroagindo seus efeitos à 01/02/2016, vencendo-se em 31/12/2016, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

§1º. Fica vedado qualquer reajustamento de preços, salvo se por algum dos motivos previstos no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução do contrato ultrapassar o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data liminar para apresentação da proposta, quando será permitido o reajuste do contrato, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

Clausula Décima Primeira- DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Clausula Décima Segunda- DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a VII e VIII do artigo 75 da supracitada Lei;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

§1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

[Handwritten signature]



§2º Quando a revisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrer.

Clausula Décima Terceira - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Quando alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, devidamente comprovadas documentalmente que resulte em desequilíbrio financeiro permanente nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a Contratada poderá pleitear revisão de preços.

§1º A revisão será aprovada conforme apresentação de Planilhas de Custo da época da formulação da proposta e Planilhas de Custo atual dos itens a serem revisados, bem como Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo ou decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

§2º A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificá-las do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

§3º As variações sazonais nos preços decorrentes de eventos previsíveis, porém desconsiderados na formulação da proposta, não poderão ser utilizadas para justificar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§4º É vedado a contratada interromper a prestação do serviço, sendo a mesma obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeita as penalidades previstas neste contrato.

§5º A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

§6º A não apresentação ou a apresentação incompleta e insatisfatória da documentação exigida, nesta cláusula importará no não reconhecimento do reajuste econômico-financeiro pleiteado.

Clausula Décima Quarta - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

Clausula Decima Quinta - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial do Município, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

[Assinatura]

[Assinatura]
PREFEITO MUNICIPAL
PARACATU - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS

FLS




Clausula Décima Sexta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paracatu para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Paracatu, 31 de Março de 2016.


ROSANGELO PEREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos


TIBURCIO DAVID SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª Carla Cipriano Costa Moura
CPF: 091.312.016-37

2ª José Geraldo Alves de Souza
CPF: 212.501.406-00


José Geraldo Alves de Souza
CPF: 212.501.406-00